

Rodrigo Andrade Viviani

Intervenção do Direito Internacional Penal para a tutela do meio ambiente

Protagonismo por meio de uma
Corte Penal Internacional

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Rodrigo Andrade Viviani

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

V859i

Viviani, Rodrigo Andrade.

Intervenção do direito internacional penal para a tutela do meio ambiente
: protagonismo por meio de uma Corte Penal Internacional / Rodrigo Andrade
Viviani. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

244 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 213-231.

ISBN 978-85-519-0746-7

1. Crime Internacional. 2. Direito Internacional. 3. Corte Penal Internacional.
4. Direito Ambiental. 5. Direitos Humanos. I. Título.

1235 143

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Direitos Humanos e a sua Relação com a Proteção do Meio Ambiente no Âmbito Internacional.....	5
1.1 Direitos Humanos: Significado e Alcance.....	5
1.1.1 Delineamentos sobre a origem histórica dos direitos humanos e seu processo de consolidação no plano internacional.....	11
1.1.2 Direitos humanos e suas dimensões.....	17
1.2 Direito Internacional Ambiental.....	24
1.2.1 Crise ecológica: Reflexo da sociedade de risco	25
1.2.2 Sustentabilidade: Um caminho a ser perseguido como reação à crise ecológica contemporânea.....	30
1.2.3 Evolução histórica e objetivos do Direito Internacional Ambiental.....	35
1.2.4 O tratado como fonte formal do Direito Internacional Ambiental e a questão dos documentos internacionais de natureza soft law.....	42
1.2.5 Princípios do Direito Internacional Ambiental	48
1.2.5.1 Princípio do poluidor-pagador (polluter pays principle)	48
1.2.5.2 Princípios da prevenção e da precaução	51
1.2.5.3 Princípio da cooperação internacional para proteção do meio ambiente... 53	
1.3 Direito ao Meio Ambiente Adequado e sua Vinculação com os Direitos Humanos	57
1.3.1 Constitucionalização da proteção do meio ambiente: Tendências e desafios	65

1.3.2 Delineamentos sobre a posição do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos frente à proteção do meio ambiente	70
Capítulo 2 – Direito Internacional Penal.....	77
2.1 Direito Penal e sua Missão de Proteger Bens Jurídicos.....	77
2.2 Direito Internacional Penal: Fundamentos e Objetivos.....	82
2.3 Fontes do Direito Internacional Penal	87
2.3.1 Pontos de contato entre o Direito interno e a jurisdição penal internacional.....	91
2.3.2 O costume como fonte do Direito Internacional Penal.....	93
2.3.3 Princípio da legalidade e sua relação com o Direito Internacional Penal	95
2.4 Evolução da Justiça Penal Internacional.....	98
2.4.1 O Tratado de Paz de Versalhes como ponto de partida para a formação de uma Corte Penal Internacional	100
2.4.2 Tribunal Penal Internacional de Nuremberg.....	102
2.4.3 Tribunal Penal de Tóquio	107
2.4.4 Dos Tribunais Penais <i>ad hoc</i> de Ruanda e da antiga Iugoslávia	109
2.5 Estatuto de Roma e o Processo de Implementação do Tribunal Penal Internacional Permanente	111
2.5.1 Estrutura e composição do Tribunal Penal Internacional	114
2.5.2 Características pontuais do Corte Penal internacional criada pelo Estatuto de Roma	116
2.5.3 Tipos penais previstos no Estatuto de Roma: Paralelos com o bem jurídico tutelado pelo Direito Internacional Penal	117
2.5.3.1 Crime de genocídio	119
2.5.3.2 Crimes contra a humanidade	121
2.5.3.3 Crimes de guerra.....	124

2.5.3.4 Crime de agressão	125
2.5.4 Jurisdição do Tribunal Penal Internacional: Alcance e limitações	126
2.5.4.1 Jurisdição penal internacional e o princípio da complementariedade	128
2.5.4.2 Da entrega dos nacionais à jurisdição do Tribunal Penal Internacional	131
Capítulo 3 – Direito Internacional Penal para a Tutela do Meio Ambiente:	
Protagonismo por Meio de uma Corte Penal Internacional	135
3.1 Transnacionalidade de Direitos como Paradigma para a Transformação da Concepção Clássica de Soberania: Ampliação de Novos Organismos para a Proteção do Meio Ambiente	135
3.2 Necessidade da Intervenção do Direito Penal para a Proteção do Meio Ambiente: Consequência da Sociedade de Risco	144
3.2.1 Delineamentos sobre o bem jurídico tutelado pelo Direito Penal ambiental.....	155
3.3 Globalização no Contexto da Criminalidade Contemporânea: Novos Contornos quanto ao Bem Jurídico Tutelado pelo Direito Penal	163
3.4 Direito Internacional Penal e a Proteção do Meio Ambiente	169
3.4.1 Fundamentos para a intervenção do Direito Internacional Penal em matéria ambiental: Protagonismo por meio de uma Corte Penal Internacional	171
3.4.2 Breves considerações acerca dos critérios para a criminalização de condutas lesivas ao meio ambiente na esfera da jurisdição penal internacional.....	186
3.4.3 Responsabilidade penal das pessoas jurídicas no âmbito da criminalidade ambiental transnacional: O problema dos danos ambientais provocados por empresas multinacionais.....	193
Considerações Finais.....	203
Referências	213